

Muito bom dia a todas as pessoas aqui presentes!

Fazemos parte das 8 mil milhões de pessoas que compõem esta família humana, esta humanidade partilhada.

Temos direitos e todas, deveríamos ter também, a oportunidade de fazer escolhas.

Pessoas com direitos e escolhas podem representar o *ponto de viragem* que precisamos para que o mantra das Nações Unidas “*não deixar ninguém para trás*”, seja uma verdade absoluta!

Esta é uma frase batida por ser tantas vezes repetida e usada exaustivamente, em campanhas de comunicação e marketing, mas cuja aplicação na nossa vida, está, de facto, muito aquém do desejado.

Em Novembro do ano passado, quando assinalámos o dia 8 mil milhões de pessoas, sujeitas de direitos, afirmámos que estávamos perante um marco de oportunidades, onde o investimento nas pessoas requer o respeito integral pelos seus direitos humanos, mas também escolhas, em matéria de saúde, educação e igualdade porque são, sem dúvida, os pilares essenciais para o desenvolvimento mundial e para a Paz.

Ao longo dos mais de 20 anos de missão voluntária enquanto Embaixadora de Boa Vontade do UNFPA, tenho lido muitos relatórios, participado em muitas conferências e sobretudo testemunhado, quer em visitas de terreno a diferentes países, quer enquanto documentarista para a RTP da série *Príncipes do Nada*, mas também em Portugal, nas muitas escolas e universidades a que me desloco para fazer palestras, e sem esquecer ainda, as diferentes realidades que chegam, todos os dias, à associação que fundei e presido, a *ONGD Corações Com Coroa*.

E é com base em todas estas informações concretas, que quero falar de algumas das imensas pessoas a quem sei, não estamos a dar a necessária e devida atenção.

Adolescentes e jovens – são como sabemos o potencial transformador que o país e o mundo precisam.

Mas um potencial que só será realizado se existir o investimento que falha na educação e na saúde de qualidade, incluindo matérias sobre sexualidade, reprodução, não violência e cidadania.

Esta é uma realidade que testemunho transversalmente nos vários cenários que referi e em que me movo, e ainda enquanto mãe e boadrasta.

Refiro-me não apenas a práticas como os casamentos infantis, precoces, forçados ou combinados e à Mutilação Genital Feminina, mas também aos limites sociais que impossibilitam a educação formal de meninas e jovens raparigas, para além de lhes ser vedado o acesso a cuidados de saúde sexual e reprodutiva ou à proteção social.

Sabemos que infelizmente existe uma interdependência muito evidente entre as altas taxas de fecundidade e as altas taxas de mortalidade materna, e uma relação directa com a fragilidade dos sistemas de saúde e educação.

Em algumas regiões, sobretudo nos países ditos em desenvolvimento, a maior causa de mortalidade de adolescentes e jovens é o resultado de questões não asseguradas relacionadas com gravidez e o parto.

É também entre adolescentes e jovens que se registam as mais altas taxas de necessidades não satisfeitas no que diz respeito à contraceção e ao acesso a outros serviços de educação e saúde sexual e reprodutiva.

E claro, não podemos esquecer a realidade das violências baseadas no género, do abuso, do não reconhecimento da autonomia corporal e reprodutiva, do assédio sexual no contexto familiar, nas escolas e universidades, em instituições de proteção ou acolhimento e a quase naturalização ou banalização da violência no namoro.

Isto quando os *curricula* escolares são frequentemente obsoletos em vez de motivadores da aprendizagem transformadora de que precisamos.

Ao mesmo tempo, temos jovens altamente qualificados/as que não encontram a realização do seu potencial no país, e são forçados à migração especializada e a construir as suas famílias noutras latitudes.

As crianças e os jovens em todo o mundo, e de todo o mundo, não podem continuar a ser bandeiras de esperança e de transformação, e verem escandalosamente negados os seus direitos humanos, incluindo o acesso a informação adequada e credível em matéria de participação e cidadania, de educação sexual compreensiva, com abordagem a temáticas como a menstruação, as redes sociais, igualdade de género, não violência e não discriminação. E têm de ser ouvidos.

Mas falar de pessoas que não podem ficar para trás, implica também ter presente as novas realidades de pessoas refugiadas, migrantes e grupos étnicos. Pessoas cujas vidas conheci em diferentes pontos do mundo, em campos de refugiados na Grécia, no Bangladesh, no Uganda, no Líbano.

E em Portugal tenho ouvido tantos testemunhos de jovens migrantes ou afro-descendentes, sobretudo de países da lusofonia, e algumas das jovens até são ou já foram bolseiras apoiadas pela Associação Corações Com Coroa que fundei e presido há 11 anos.

Também já entrevistei homens e mulheres refugiados da Síria, do Irão, do Paquistão e do Afeganistão e convivi com muitas famílias e jovens da comunidade romani portuguesa que preservam o bom das suas tradições mas que ultrapassam o que é atentatório e contrário aos direitos humanos das meninas e mulheres. E aqui falo dos casamentos infantis ou arrançados, das provas de

virgindade, da escolarização formal (incluindo a académica) e da plena integração e participação económico-social.

Não quero terminar sem lembrar que mesmo em situações de guerra, de pobreza e de discriminação, as pessoas têm relações sexuais, muitas vezes não consentidas, continuam a dar à luz (e eu assisti a muitos partos sem reunirem as condições mínimas), e que por isso mesmo, a saúde sexual e reprodutiva e os direitos das meninas e mulheres devem constar de todos os pacotes de intervenção, com recursos e orçamentos, desde a Ajuda Humanitária, à Cooperação e Educação para o Desenvolvimento, passando pelos programas de acolhimento, alfabetização e aprendizagem de idiomas para crianças, jovens e pessoas adultas até ao combate comprometido e continuado dos diferentes tipos de violência e discriminação.

A diversidade é uma aprendizagem fundamental para a construção de sociedades mais centradas nas pessoas, e É esta diversidade que tem mesmo de ser valorizada para que nos ensine também a travar o racismo, a xenofobia, a ciganofonia ...

É que todos e todas precisamos de ser melhores na nossa entrega à Causa pública e comum, e no exercício da Coerência da Pegada que estamos a Dar na direcção do Futuro que queremos deixar.

Temos de fazer mais para que Portugal e o mundo signifiquem: Paz, Democracia e Direitos vividos em plena igualdade de oportunidades.

E agora sim, termino sublinhando, com um orgulho descarado, que o trabalho que fazemos no UNFPA salva e promove vidas.

São algumas dessas vidas que foram resgatadas à minha frente, resultado de investimentos certos na igualdade de género, na saúde da mulher, das meninas e das raparigas, que me alimentam a esperança de que vamos conseguir.

De que é possível. Basta vontade política e compromisso colectivo.

É para com o UNFPA que Portugal tem uma dívida de gratidão devido ao investimento e à aprendizagem que proporcionaram uma mudança radical no retrato da nossa saúde materna, quando nos anos 60 e 70, tínhamos das mais altas taxas de mortalidade materna, infantil e neo natal do mundo.

Por isso eu espero que o Parlamento continue a aprender com este e com outros relatórios, que partilhe mas também que honre os compromissos assinados em 1994 no Cairo e em 2019 em Nairobi.

Somos 8 mil milhões de pessoas mas apenas uma parte desta família humana consegue viver o seu potencial e por isso, essa fatia terá a obrigação e a responsabilidade de trabalhar para um todo.

A questão não é o número de pessoas, nem nunca foi.

As sociedades podem prosperar, qualquer que seja a taxa de fertilidade.

O que está em causa é se todas as pessoas são capazes de exercer os seus direitos, incluindo os direitos sexuais e a autonomia reprodutiva.

E a verdade é que apenas uma parte da humanidade tem acesso a estes direitos.

E este relatório quer colocar a voz na outra parte, na que também conta mas que efectivamente, é todos os dias esquecida, negligenciada, violada.

O relatório vem convocar-nos a fazermos o que ainda não foi feito, mas sabemos como se faz, contra ventos e marés que ameaçam direitos já adquiridos. Mas que não podemos deixar. Eu estou totalmente comprometida em tentar fazer o meu melhor ao lado das pessoas que querem exactamente o mesmo: um mundo mais igualitário.

Serei activista até ao final dos meus dias .

Muito Obrigada

Catarina Furtado
Embaixadora de Boa Vontade do UNFPA
19/04/2023